



## **Documento Metodológico**

### **Registo Civil (Mod 286 – Mapa de Actividade Mensal)**

**Código: 501**

**Versão: 1.0**

## Introdução

As conservatórias do registo civil correspondem a uma das unidades orgânicas da Direcção Geral dos Registos e Notariado. O registo civil visa definir e dar publicidade a factos e actos relativos ao estado e à capacidade das pessoas singulares.

Desta forma, compete às conservatórias do registo civil o registo de todos os factos previstos no respectivo código (civil) quando ocorridos em território português, qualquer que seja a nacionalidade dos indivíduos a que respeitam. Assim, são factos sujeitos a registo civil, o nascimento, a filiação, a adopção, o casamento, o divórcio, as convenções antenupciais, a regulação do exercício do poder paternal, o óbito, a inibição ou suspensão do exercício do poder paternal, a interdição e inabilitação definitiva, a tutela de menores ou interditos, etc. Às conservatórias do registo civil compete também o registo de casamentos ou de óbitos ocorridos no estrangeiro quando tenham no seu arquivo o assento de nascimento de algum dos nubentes ou do falecido, bem como a integração dos registos desses mesmos factos, se lavrados por agentes diplomáticos ou consulares portugueses.

O mapa de actividade mensal foi desenvolvido, aquando do momento em que o grupo de trabalho das estatísticas da justiça, conclui que existia um interesse incontestável da informação gerada nos Registos e Notariado, não só para efeitos de gestão dos próprios serviços, mas também como importante indicador macroeconómico.

Desta forma foi determinado e constituído um grupo de trabalho (composto por elementos do então GPLP, INE e da DGRN representada pelas entidades das várias conservatórias e dos cartórios notariais) que visava o desenvolvimento de um instrumento de notação que caracterizasse a actividade dos registos e notariado.

Assim, no ano de 1988, teve início a implementação de mapas de estatísticas de serviço, preenchidos mensalmente pelas conservatórias e cartórios notariais, com vista a servirem de guia de remessa dos verbetes estatísticos enviados ao GEP (actual DGPJ), bem como de indicador de gestão dos próprios serviços.

Desde a sua implementação, tem sido preocupação da DGPJ proceder à actualização dos instrumentos de notação, em obediência às alterações legislativas que vão ocorrendo, de modo a ser possível avaliar o impacto dessas medidas.

Em Janeiro de 2005, com o início do novo sistema de recolha da informação estatística (SIEJ) que vem dar origem ao inquérito web em substituição do inquérito em papel, contemplaram-se as alterações pretendidas, consultando-se para o efeito os mesmos intervenientes aquando da sua criação.

## **Capítulo I – Caracterização Geral**

### **1. Código/versão:**

501 / 1.0

### **2. Código SIGINE:**

Não aplicável

### **3. Designação:**

Modelo 286 – Actividade Mensal – Registo Civil

### **4. Actividade Estatística:**

Não aplicável

### **5. Objectivos:**

O modelo 286 – mapa mensal de actividade do registo civil, destina-se a inquirir as conservatórias:

- Inventariando os actos identificados no referido no mapa, tais como o nascimento, a filiação, a adopção, o casamento, o divórcio, as convenções antenupciais, a regulação do exercício do poder paternal, o óbito, entre outros, dos quais são caracterizados os divórcios;
- Serve de indicador de gestão dos próprios serviços da DGRN;
- Constitui um meio de excelência para identificar, determinar e caracterizar alterações demográficas que ocorram em território nacional.

### **6. Descrição:**

Recolha de informação estatística sobre tipos de actos registais, efectuados nas conservatórias do registo civil num determinado mês, através de um mapa mensal desenvolvido para o devido efeito.

Deste modo, esta operação estatística caracteriza-se: pelo carácter exaustivo/recenseamento (todas as unidades são observadas); pela periodicidade mensal; pelo âmbito geográfico nacional; utilização de

fontes de informação directa (são as próprias unidades estatísticas que disponibilizam a informação); utilização de um questionário como método de recolha e tendo como unidade estatística a Conservatória de Registo Civil.

## **7. Entidade Responsável:**

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico Responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Contactos: 217924000 (Telf) 217924080 (Fax)

E-mail: [correio@dgpj.mj.pt](mailto:correio@dgpj.mj.pt)

## **8. Relacionamento com o EUROSTAT/Outras Entidades:**

A DGPJ é o Órgão do Sistema Estatístico Nacional, com delegação de competências para a área das Estatísticas da Justiça, com a responsabilidade da recolha, validação e divulgação da informação relativa ao modelo 286 – Registo Civil (Actividade Mensal). O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da operação estatística).

## **9. Financiamento**

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das Notações do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça).

## **10. Enquadramento Legal**

- Decreto-Lei n.º 51/78, de 30 de Março; - antigo código civil;
- Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de Junho – Aprova o Código do Registo Civil;
- Decreto-Lei n.º 36/97, de 31 de Janeiro.

## **11. Obrigatoriedade de Resposta**

Resposta obrigatória ao SEN, pela Lei n.º 6/89, de 15 de Abril, fazendo assim parte integrante da produção estatística produzida no âmbito do SEN.

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

## **12. Tipo de Operação Estatística**

É um Recenseamento com recolha de informação Exaustiva, uma vez que se observa todas as unidades estatísticas (Conservatórias do Registo Civil).

## **13. Tipo de Fonte de Informação Utilizada**

A fonte de informação é Directa, uma vez que a informação é recolhida directamente junto das unidades estatísticas, neste caso as Conservatórias do Registo Civil.

## **14. Periodicidade de Realização da Operação**

A periodicidade da operação é mensal

## **15. Âmbito Geográfico da Operação**

País: Portugal (Região Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira)

## **16. Utilizadores da Informação**

**Internos** (ao Sistema de estatística Nacional):

- Direcção-Geral da Política de Justiça

**Nacionais:**

- Administração Pública Central - Ministério da Justiça (utiliza toda a informação produzida, com o objectivo de gestão dos próprios serviços),
- Pessoas singulares - Utilizadores Individuais (utilizam a totalidade/ parte da informação produzida (para realização de trabalho académicos); Comunicação Social (utilizam a totalidade/parte da informação para difusão da actividade das Conservatórias do Registo Civil).

## **17. Data de Início/Fim**

Início:

01/01/1988 – Início da aplicação do Modelo 286, através de inquérito em papel;

01/01/2005 – Início da aplicação do Modelo 286, através de recolha web;

Recolha contínua dos dados ao longo do ano.

## 18. Produtos

### **Padrão de Qualidade/Prazo de Disponibilidade Ideal da Informação:**

A disponibilização da informação mensal dá-se num período até mês e meio (45 dias) após a recolha da mesma;

**Designação:** Mapa Mensal de Actividade – Registo Civil;

**Tipo:** Quadros pré-definidos;

**Periodicidade de Disponibilização:** Mensal;

**Nível Geográfico:** Conservatória de Registo Civil (uma vez que corresponde á unidade mais desagregada para a qual é possível disponibilizar a informação);

**Tipo de Disponibilização:** Não sujeito a Tarifação;

### **Utilizadores**

**Internos:** Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)

**Nacionais:** Organismos públicos

Imprensa

Utilizadores Individuais

## Capítulo II – Caracterização Metodológica

### 19. População

Todas as Conservatórias do Registo Civil existentes em Território Nacional.

No caso particular do Modelo 286, o Universo (das unidades estatísticas) coincide com o Universo de Referência para a aplicação da operação estatística.

### 20. Base de Amostragem

A Base de Amostragem está disponível no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ), onde é possível obter uma listagem das Conservatórias do Registo Civil existentes em território

nacional (cerca de 342 unidades), existe de igual forma, disponível no website da DGRN uma listagem das mesmas conservatórias do registo civil

## **21. Unidade Amostral**

Modelo 286 – Actividade mensal – Registo Civil

## **22. Unidade de Observação**

Conservatória do registo civil

## **23. Desenho da Amostra**

Não aplicável

## **24. Desenho do Questionário**

### **Metodologia:**

O presente modelo foi elaborado por um grupo de trabalho no qual figuravam elementos do então designado GPLP, INE e da DGRN sob a forma de elementos dos vários departamentos (conservatórias e notários). Assim, foram implementados em 1988, os mapas de actividade mensal nas conservatórias do registo civil, modelo 286 em vigor. Porém, em virtude das sucessivas alterações legislativas, estas exigiram periódicas revisões dos instrumentos de notação, de forma a incluir e reflectir sobre o impacto dessas medidas na área das conservatórias e notariado.

De referir ainda que, aquando da passagem do inquérito em papel a inquérito web, foram consultados os mesmos intervenientes e aplicada a mesma metodologia com vista à integração dos dados provenientes de formatos (papel e web) diferentes.

Foram efectuados testes aos formulários web, após o desenvolvimento do questionário, nos quais se procedeu à experimentação dos formulários por partes das entidades informadoras. Desta forma, criando-se um ambiente de qualidade (fase de pré-teste) destinado a proceder aos testes necessários à optimização do modelo que depois de consolidado passou para o ambiente de produção.

Em relação ao sub-item Tempo-médio para preenchimento esta informação é desconhecida, uma vez que não é possível junto das entidades informadoras recolher esta informação.



## **25. Recolha dos Dados:**

**Período de Referência dos Dados:** Mês;

**Período de Recolha:** Até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeita a informação;

**Data de Expedição:** Não aplicável;

**Contacto Inicial:** Não aplicável;

**Método de Recolha:** Até 31/12/2004 questionário em papel; a partir de 01/01/2005 questionário electrónico/web;

**Insistências/Tratamento de Recusas:** as insistências junto das entidades informadoras ocorrem principalmente através do correio electrónico inerente ao SIEJ, se por ventura, a omissão da informação persistir, envia-se uma nota de aviso ao conservador responsável pela conservatória do registo civil em questão, em última instância envia-se uma nota de aviso à DGRN com conhecimento desta missiva ao respectivo conservador;

**Critério utilizado para fecho do inquérito:** Não aplicável, uma vez que se pretende para este instrumento de notação uma taxa de resposta de 100%;

**Inquiridos Proxy:** Não aplicável;

**Utilização de Incentivos:** Não aplicável;

**Disponibilização de Apoio aos Respondentes:**

- Manual de Preenchimento do modelo 286 – Mapa de actividade das Conservatórias do Registo Civil;
- O próprio formulário Web possui, em cada ecrã, uma hiperligação para a “Ajuda”, com indicações precisas para o seu preenchimento);
  - Por telefone;
  - Por correio electrónico disponível na aplicação do SIEJ;

## **Captura dos Dados**

**Entrada de Dados:** Recolha electrónica;

**Codificação:** codificação automática;

**Software Utilizado:** Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) através do programa de software SQL.

## **26. Tratamento dos Dados**

O método de tratamento da informação compreende a notação sumária de mapas de situação/actividade e por ocorrências. A validação da coerência (referente ao número de actos) é feita através da comparação dos mapas mensais de actividade (contendo o número total de actos) na forma dos instrumentos de notação n.º286 (conservatórias do registo civil) e o total de verbetes (caracterizadores de alguns actos praticados por essa entidade) recebidos nesse mesmo mês.

Validação electrónica dos dados no momento do preenchimento do formulário web pelas entidades notadoras;

Análise de relatórios de validação que permitem aferir da qualidade da informação recolhida está a cargo da divisão da análise da DGPJ que através de validações por queries permite avaliar quer o “contexto/sentido” dos dados em relação a períodos anteriores, bem como avaliar a coerência dos dados e o seu enquadramento legal.

## **27. Tratamento de Não Respostas**

Não se aplica tratamento de não-respostas, uma vez que o objectivo é a obtenção de uma taxa de resposta de 100%.

## **28. Estimação e Obtenção de Resultados**

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística. Os dados são obtidos por agregação dos valores efectivos e sujeitos a uma análise descritiva.

Os resultados são tratados através de um sistema de datawarehouse e divulgados através da produção de relatórios de exploração estatística desenvolvidos com software SAS.

Software Utilizado: Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

SQL Server 2000; IBM DB2; SAS.

## **29. Séries Temporais**

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade.

### 30. Confidencialidade dos Dados

Segundo a Lei nº6/89 de 15 de Abril, o princípio do segredo estatístico é aplicado aos dados, de forma a não permitir qualquer identificação directa ou indirecta das unidades estatísticas observadas.

### 31. Avaliação da Qualidade Estatística

Não aplicável.

### 32. Recomendações Nacionais/Internacionais

Não aplicável.

## III – Conceitos e Códigos contidos no Instrumento de Notação 9638

379 – **Divórcio** [Dissolução do casamento em vida de ambos os cônjuges, a requerimento de um deles contra o outro (divórcio litigioso) ou dos dois (divórcio por mútuo consentimento)];

405 – **Justificação Administrativa** (Meio processual destinado a sanar por via administrativa uma irregularidade, deficiência ou inexactidão de um registo);

406 – **Justificação Judicial** (Meio processual adequado a suprir a omissão de um registo, a sua reconstituição, a obter a declaração da sua inexistência, a sua anulação ou a proceder à rectificação de inexactidões, deficiências ou irregularidades insanáveis por via administrativa);

452 – **Recurso Contencioso** (Impugnação, perante um órgão jurisdicional, da legalidade de um acto administrativo, definitivo e executório);

454 – **Recurso Hierárquico** (Recurso que consiste em solicitar do superior hierárquico ou da autoridade que exerça o poder de superintendência sobre o autor do acto impugnado a revogação ou substituição deste);

471 – **Separação de Pessoas e Bens** (Modificação da relação matrimonial que atinge as relações de carácter patrimonial e pessoal entre os cônjuges, sem que se verifique a dissolução do casamento. Extinguem-se os deveres de coabitação e assistência. Quanto aos efeitos patrimoniais, eles são idênticos aos que provêm da dissolução do casamento. A situação de separação pode terminar ou pela reconciliação dos cônjuges ou pela dissolução do casamento (por morte de um dos cônjuges ou por conversão da separação em divórcio). Pode ser decretada litigiosamente ou por mútuo consentimento);

3316 – **Registo Civil** (Organiza e realiza a publicidade de factos que interessam à condição jurídica das pessoas. São exemplo: o nascimento, a filiação, a adopção, o casamento, a interdição e inabilitação, a inibição ou suspensão do poder paternal);

3712 – **Adopção Plena** (A adopção plena coloca o adoptado na situação jurídica de filho do adoptante, extinguindo-se as relações familiares entre o adoptado e a sua família, isto salvo quanto a impedimentos matrimoniais);

3713 – **Adopção Restrita** (A adopção restrita atribui apenas os deveres e os direitos fixados expressamente na lei, não tirando o adoptando da sua família natural, em relação à qual ele mantém, em princípio, todos os seus direitos e deveres. A adopção restrita pode a todo o tempo, a requerimento dos adoptantes, ser convertida em adopção plena, desde que se verifiquem os requisitos para esta exigidos);

3720 – **Assentos** (Registo Civil) (Os factos sujeitos ao registo civil são aí notados sob a forma de assentos, que serão lavrados por inscrição ou transcrição, consoante se trate de imediata notação do facto ou de um registo elaborado com base em registo ou outro título anterior que ateste a verificação do facto);

3722 – **Averbamentos** (Registo Civil) (Registo das alterações que vierem a ocorrer relativamente aos elementos constantes dos assentos);

3723 – **Certidão** (Documento autêntico destinado a comprovar actos constantes dos registos ou arquivos de qualquer repartição pública);

3724 – **Certidão Narrativa** (Certidão que se resume a um extracto do conteúdo do acto);

3774 – **Reclamação** (Impugnação da decisão junto do próprio órgão que a proferiu).

#### **IV – Classificações**

Designação: Listagem das conservatórias do registo civil existentes em território nacional;

#### **V – Variáveis**

### **33. Variáveis de Observação**

Variáveis Inquiridas

-Assentos:

- \* nascimento
- \* casamento civil / católico
- \* óbito
- \* declaração de maternidade
- \* perfilhação

-Averbamentos

-Boletins para averbamento

-Processos:

- \* de casamento
- \* comuns de justificação judicial
- \* comuns de justificação administrativa
- \* de divórcio e separação
- \* outros processos especiais

-Depósito de certificados médicos de morte fetal

-Certidões e fotocópias

-Emissão de novos boletins

-Recursos hierárquicos e contenciosos

-Integração de assentos consulares

-Actos que a Conservatória pratica na qualidade de intermediária:

- \* requisições de bilhetes de identidade
- \* declarações de nascimento
- \* declarações de óbito
- \* requisições de certidões

### **34. Variáveis Derivadas**

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação.

## **V – Suportes de Recolha**

### **35. Questionário (s)**

Questionário: Mapa Mensal de Actividade – Registo Civil (Instrumento de Notação nº 9638)

Entidade que responde ao questionário no formato:

Formato Web: Conservatórias do Registo Civil;

Instruções de Preenchimento do Questionário: Manual de Preenchimento do modelo 286

## **VII – Abreviaturas e Acrónimos**

GPLP – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

DSEJ – Divisão de Serviços da Estatística da Justiça

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

INE – Instituto Nacional de Estatística

CSE – Conselho Superior de Estatística

SEN – Sistema Estatístico Nacional

DGRN – Direcção-Geral dos Registos e Notariado

SIEJ – Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

## **VIII – Bibliografia**

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado: <http://www.dgrn.mj.pt/>